Demonstrações Financeiras

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

31 de março de 2026 e 2025
com Relatório do Auditor Independente

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstrações financeiras

31 de março de 2026 e 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstração da posição financeira 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa - método direto 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e à Administradora da
Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(Administrado pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo") , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

Avaliação de ações de companhia fechada

Conforme apresentado na nota explicativa n°5, o Fundo possui investimentos em companhias de capital fechado no montante de R$ 2.484.075 mil, que representavam 92,24% do total do seu patrimônio líquido. Consideramos o processo de determinação do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, que é realizado com suporte de empresa especializada terceirizada, contratada pela Administradora do Fundo, como um principal assunto de auditoria dado: (i) a relevância desses ativos em relação ao patrimônio líquido do Fundo; (ii) à determinação das premissas adotadas para a apuração do valor justo das companhias; (iii) à complexidade envolvida na metodologia de mensuração utilizada; e, (iv) ao alto grau de julgamento envolvido.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da metodologia, da acurácia matemática, e dos modelos utilizados pela Administradora do Fundo, para a mensuração do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, incluindo a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas. Avaliamos a exatidão dos dados sobre as companhias de capital fechado utilizados pela Administradora do Fundo na mensuração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado, que está consistente com a avaliação da Administradora do Fundo, e avaliada a adequação das divulgações efetuadas pelo Fundo sobre o valor justo dos investimentos em companhias de capital fechado às demonstrações financeiras, conforme nota 5, consideramos que os critérios e premissas de valor justo adotados pela Administradora do Fundo são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 28 de agosto de 2025, sem modificação.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a Administradora do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

  Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de Agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Sócio CRC-SP209240/O

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração da posição financeira
31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Quantidade	Em 31 de março de 2026	% sobre o Patrimônio Líquido	Quantidade	Em 31 de março de 2025	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa			**1**	**-**		1	-
Banco conta movimento	4		**1**	**-**		1	-
Cotas de fundos de investimento			**31.871**	**1,18**		248	0,01
Fundo de Investimento Financeiro	4	**9.354.565**	**31.871**	**1,18**	203.038	248	0,01
Ações sem cotação em bolsa	5		**2.484.075**	**92,24**		3.343.935	112,76
Rec Guarulhos S.A.		**492.778.763**	**1.762.019**	**65,43**	389.600.610	1.625.952	54,83
Rec Duque de Caxias I S.A.		**-**	**-**	**-**	342.787.698	449.056	15,14
GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.		**180.003.293**	**349.480**	**12,98**	180.003.293	338.480	11,41
Rec Gravataí S.A.		**-**	**-**	**-**	-	-	-
Rec Dom Pedro S.A.		**61.716.786**	**22.448**	**0,83**	159.402.629	118.105	3,98
Rec Embu II S.A.		**-**	**-**	**-**	196.063.755	292.744	9,87
Rec Embu das Artes S.A.		**-**	**-**	**-**	83.181.862	180.957	6,10
Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.		**306.371.009**	**331.345**	**12,30**	306.371.009	313.157	10,56
ARA Participações S.A.		**30.000.000**	**18.783**	**0,70**	30.000.000	25.484	0,86
Valores a receber			**328.469**	**12,20**		369.436	12,46
Dividendos e juros sobre capital próprio			**-**	**-**		14.902	0,50
Redução de capital			**-**	**-**		13.179	0,44
Outros valores a receber	5		**328.469**	**12,20**		341.355	11,51
Total do Ativo			**2.844.416**	**105,62**		3.713.620	125,23
Passivo							
Valores a pagar			**151.410**	**5,62**		748.074	25,23
Auditoria e Custódia			**60**	**-**		52	-
Taxa de fiscalização CVM			**14**	**-**		14	-
Taxa de Administração			**179**	**-**		177	-
Participação a integralizar	5		**151.123**	**5,62**		387.826	13,09
Redução de capital a efetivar	5		**-**	**-**		360.000	12,14
Outros			**34**	**-**		5	0,00
Total do Passivo			**151.410**	**5,62**		748.074	25,23
Patrimônio Líquido			**2.693.006**	**100,00**		2.965.546	100,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			**2.844.416**	**105,62**		3.713.620	125,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Exercício findo em 31 de março de 2026	Exercício findo em 31 de março de 2025
Composição do Resultado dos exercícios			
Receitas		**8.223**	8.048
Rendas de aplicação em cotas de fundos de investimento		**8.223**	8.048
Resultado com Ações		**13.786**	(324.715)
Ajuste a valor justo	5	**57.404**	(355.875)
Resultado de atualização monetária - vendas a prazo	5	**15.629**	15.816
Resultado de ações	5	**-**	(5.986)
Resultado na venda de ações	5	**(90.948)**	(31.796)
Resultado referente a indenizações por antecipação/recebimento de aluguéis da ações vendidas		**311**	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		**31.390**	53.126
Receitas diversas		**15**	-
Outras receitas		**15**	-
Despesas		**(3.270)**	(3.718)
Auditoria e custódia	12	**(196)**	(333)
Remuneração da administração	12	**(2.234)**	(2.305)
Serviços técnicos especializados	12	**(739)**	(1.012)
Taxa de fiscalização - CVM	12	**(57)**	(57)
Outras despesas	12	**(44)**	(11)
Resultado dos exercícios pertencentes aos detentores de cotas classificados no PL		**18.754**	(320.385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de março de 2026	Exercício findo em 31 de março de 2025
Lucro/Prejuízo líquido dos exercícios	**18.754**	(320.385)
(+/-) Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente dos exercícios	**18.754**	(320.385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Cotas integralizadas e amortizações	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de março de 2024		902.363	2.649.169	3.551.532
Amortização de cotas no exercício	9	(265.601)	-	(265.601)
Resultado do exercício		-	(320.385)	(320.385)
Saldos em 31 de março de 2025		636.762	2.328.784	2.965.546
Amortização de cotas no exercício	9	**(291.294)**	**-**	**(291.294)**
Resultado do exercício		**-**	**18.754**	**18.754**
Saldos em 31 de março de 2026		**345.468**	**2.347.538**	**2.693.006**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de março de 2026	Exercício findo em 31 de março de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resgate de cotas de fundos de investimento	**8.223**	8.048
Pagamento de taxas de auditoria e custódia	**(178)**	(185)
Pagamento de taxa de administração	**(649)**	(618)
Pagamento de serviços contratados pelo Fundo	**(1.597)**	(1.833)
Pagamento de serviços técnicos especializados	**(705)**	(1.011)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	**(57)**	(57)
Pagamento de outras despesas	**(29)**	(6)
Caixa líquido das atividades operacionais	**5.008**	4.338
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aumento de capital em companhias sem cotação em bolsa	**(854.108)**	(326.113)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	**-**	(11.600)
Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa	**1.023.416**	162.856
Redução de capital de ações sem cotação em bolsa	**101.999**	350.362
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	**46.292**	80.224
Demais pagamento/recebimento	**310**	(955)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**317.909**	254.774
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de cotas	**(291.294)**	(265.601)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(291.294)**	(265.601)
Variação líquida dos fluxos de caixa	**31.623**	(6.489)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	**249**	6.738
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	**31.872**	249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 15.049.586/0001-56

(Administrado pela TMF - Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda. - CNPJ: 18.313.996/0001-50)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando especificado

1. Contexto operacional

O GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo"), foi constituído em 27 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 28 de novembro de 2012, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 10 anos de duração, regido pelo regulamento em vigor e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM nº 578/16 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo teve seu regulamento adaptado aos dispositivos da Resolução CVM nº 175 em 20 de junho de 2025 para criação da Classe Única de Investimento do GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Classe Única" ou "Classe").

Considerando que o Fundo possui apenas uma única classe de Cotas, todas as referências à Classe serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de novembro de 2024, foi aprovada a prorrogação do prazo de duração da Classe por 2 (dois) anos, a partir de 28 de novembro 2024.

O objetivo da Classe é proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido, a longo prazo, em carteira de Valores Mobiliários, participando do processo decisório de sociedades anônimas, abertas ou fechadas, bem como sociedades limitadas, cujo ramo de atuação seja condizente com os Projetos ("Companhias Investidas"), na qualidade de acionista controlador isolado, por meio da detenção de ações, cotas ou títulos representativos de participação em sociedade limitada integrantes do bloco de controle, pela celebração de acordo de acionistas, ou pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure a Classe participação no processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, inclusive por meio da indicação de membros do Conselho de Administração, se houver, observada a política de investimento. A Classe deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu Patrimônio investido em valores mobiliários emitidos pelas Companhias Investidas.

A Classe destina-se a investidores qualificados. Podem participar da Classe, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 539/13. Investidores não residentes poderão adquirir cotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Consequentemente, as cotas da Classe estão sujeitas às oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive à perda do capital investido ou mesmo ao aporte de capital.

É vedado a Classe a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

A Administradora da Classe, considerando o disposto na Instrução da CVM nº 579, definiu a classificação da Classe como “Entidade de Investimento”, com base em seu melhor julgamento acerca das seguintes diretrizes:

- A Classe obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, devidamente credenciado pela CVM, o qual possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, sem obrigação de consultar os cotistas sobre as decisões e/ou indicar cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas, não obstante as situações sujeitas à deliberação, relativamente à composição da carteira da Classe;
- A Classe se comprometeu perante aos cotistas, com o objetivo de investimento dos seus recursos exclusivamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;
- A Classe substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;
- A Classe define em seu Regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações da Classe não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, de qualquer empresa pertencente ao conglomerado financeiro destas entidades, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (“FGC”).

A administração da carteira da Classe é realizada pela TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda., e a gestão é realizada pela GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., em conjunto, denominados Prestadores de Serviços Essenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão de acordo com as normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis aos fundos de investimento em participações. As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 foram aprovadas pela Administradora do Fundo em 26 de agosto de 2026.

3. Práticas contábeis

Entre as práticas contábeis materiais adotadas destacam-se:

a) Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, limites e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. No caso, os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pela Administradora.

c) Investimentos

Ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado organizado

De acordo com o Regulamento da Classe e com a Instrução nº 579/16 da CVM, as ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado investidas por fundos qualificados como entidade de investimento são registradas pelo seu valor justo.

3. **Práticas contábeis**--Continuação

c) Investimentos--Continuação

A avaliação do valor justo das ações de Companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado pode ser realizada pela Gestora e validada pela Administradora ou por avaliador independente contratado, pela Administradora, em nome da Classe, para confecção de laudo de avaliação. O valor justo dessas ações irá refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data de apresentação das demonstrações financeiras da Classe.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos em receita quando aprovados em Assembleia Geral de Acionistas da empresa investida, na conta “Ações - Dividendos e juros sobre capital próprio”.

e) Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto por disponibilidade em conta corrente de R$1 (R$1 em 2025) e aplicação em cotas de fundos, no montante de R$31.871 (R$248 em 2025).

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 o investimento em ações de companhias fechadas sem cotação em bolsa é composto conforme abaixo:

	31/03/2026		
Ações em Companhias Fechadas - Nível 3	**Quantidade de ações**	**% de participação**	**Valor Justo**
(a) GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	**180.003.293**	**50,00%**	**349.479**
(b) Rec Dom Pedro S.A.	**61.716.786**	**100,00%**	**22.448**
(c) Rec Guarulhos S.A.	**492.778.763**	**100,00%**	**1.762.019**
(d) Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.	**306.371.009**	**100,00%**	**331.346**
(e) ARA Participações S.A.	**30.000.000**	**100,00%**	**18.783**
Total	**1.070.869.851**		**2.484.075**

	31/03/2025		
Ações em Companhias Fechadas - Nível 3	**Quantidade de ações**	**% de participação**	**Valor Justo**
(a) GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	180.003.293	50,00%	338.480
(b) Rec Dom Pedro S.A.	159.402.629	100,00%	118.105
(c) Rec Guarulhos S.A.	389.600.610	100,00%	1.625.952
d) Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.	306.371.009	100,00%	313.157
(e) ARA Participações S.A.	30.000.000	100,00%	25.484
(f) Rec Embu das Artes S.A.	83.181.862	100,00%	180.957
(g) Rec Embu II S.A.	196.063.755	100,00%	292.744
(h) Rec Duque de Caxias I S.A.	342.787.698	100,00%	449.056
Total	1.687.410.856		3.343.935

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

Movimentação de ações 2026 - Saldo

Ações de companhias fechadas	Saldo em 31/03/2025	Ações a integralizar em 31/03/2025	Integralizações	Redução de capital	Venda (i)	Resultado na venda	Ações a integralizar	Ajuste a Valor Justo	Saldo em 31/03/2026
GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.(a)	338.480	**(40.250)**	**113**	**-**	**-**	**-**	**40.137**	**11.000**	**349.480**
Rec Dom Pedro S.A. (b)	118.105	**(7.598)**	**1.912**	**(102.000)**	**-**	**-**	**10.000**	**2.029**	**22.448**
Rec Embu das Artes S.A. (f)	180.957	**(38.725)**	**115.315**	**-**	**(282.901)**	**25.354**	**-**	**-**	**-**
Rec Guarulhos S.A. (c)	1.625.952	**-**	**387.743**	**(346.821)**	**-**	**-**	**62.257**	**32.888**	**1.762.019**
Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A. (d)	313.157	**(22.873)**	**2.927**	**-**	**-**	**-**	**19.946**	**18.188**	**331.345**
Rec Embu II S.A. (g)	292.744	**(120.483)**	**41.984**	**-**	**(227.048)**	**12.803**	**-**	**-**	**-**
Rec Duque de Caxias I S.A. (h)	449.056	**(132.413)**	**297.413**	**-**	**(484.951)**	**(129.105)**	**-**	**-**	**-**
ARA Participações S.A. (e)	25.484	**(25.484)**	**6.701**	**-**	**-**	**-**	**18.783**	**(6.701)**	**18.783**
Total	3.343.935	**(387.826)**	**854.108**	**(448.821)**	**(994.900)**	**(90.948)**	**151.123**	**57.404**	**2.484.075**

(i) Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Classe efetuou a venda da participação nas companhias Rec Embu das Artes S.A., Rec Embu II S.A. e Rec Duque de Caxias I S.A. pelo valor de R$282.901, R$227.048 e 484.951, respectivamente. O montante recebido durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi de R$672.056, sendo R$191.100 da Rec Embu das Artes S.A., R$153.371 da Rec Embu II S.A. e R$327.585 da Rec Duque de Caxias I S.A. registrado nas "Demonstrações dos fluxos de caixa - Fluxo de caixa das atividades investimentos - Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa" gerando um resultado negativo de R$90.948, conforme detalhado no quadro acima. Conforme definido em contrato, a parcela final referente a venda das ações citadas acima, será atualizada pelo IPCA, com vencimento em 13 de dezembro de 2027. Em 31 de março de 2026, o valor a receber é R$328.469, sendo R$93.401 referente a Rec Embu das Artes S.A., R$74.960 referente a Rec Embu II S.A. e R$160.108 referente a Rec Duque de Caxias I S.A., registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a receber - Outros valores a receber". A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$5.624 registrado nas "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo"

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

Movimentação de ações 2025 - Saldo

Ações de companhias fechadas	Saldo em 31/03/2024	Ações a integralizar em 31/03/2024	Integralizações	AFAC	Redução de capital e redução de capital a efetivar	Cancelamento de redução de capital	Venda (i)	Resultado na venda	Ações a integralizar	Ajuste a Valor Justo	Saldo em 31/03/2025
GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	348.900	(40.250)	-	-	-	-	-	-	40.250	(10.420)	338.480
Rec Dom Pedro S.A.	202.615	-	104.402	-	(192.451)	-	-	-	7.598	(4.059)	118.105
Rec Embu das Artes S.A.	229.603	(12.060)	23.335	-	-	-	-	-	38.725	(98.646)	180.957
Rec Guarulhos S.A.	1.848.416	(89.351)	-	-	-	-	-	-	-	(133.113)	1.625.952
Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.	313.197	(133.735)	110.862	-	-	-	-	-	22.873	(40)	313.157
Rec Embu II S.A.	298.095	(124.670)	4.187	-	-	-	-	-	120.483	(5.351)	292.744
Rec Duque de Caxias I S.A.	552.834	(196.624)	64.211	-	-	-	-	-	132.413	(103.778)	449.056
ARA Participações S.A.	25.952	(25.952)	468	-	-	-	-	-	25.484	(468)	25.484
Rec Gravataí S.A.	270.620	-	18.648	11.600	-	5.300	(274.372)	(31.796)	-	-	-
Total	4.090.232	(622.642)	326.113	11.600	(192.451)	5.300	(274.372)	(31.796)	387.826	(355.875)	3.343.935

(i) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Classe efetuou a venda da participação na companhia REC Gravataí pelo valor de R$274.372 e recebeu o montante de R$162.856 registrado nas "Demonstrações dos fluxos de caixa - Fluxo de caixa das atividades investimentos - Recebimento referente a venda de ações de companhias sem cotação em bolsa" gerando um resultado negativo de R$26.496. Conforme definido em contrato, a parcela final referente a da REC Gravataí no montante de R$111.516, será atualizada pelo IPCA, com vencimento em 13 de junho de 2025. Em 31 de março de 2025, o valor a receber é R$116.363 registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a receber - Outros valores a receber". A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$4.847 registrado nas "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo"
Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Classe efetuou a venda das investidas REC Cajamar S.A. e REC Cajamar III S.A. e ficou pendente de recebimento a parcela final de R$210.023 que é atualizada pelo IPCA com vencimento, com vencimento em 27 de junho de 2025. Em 31 de março de 2025, o valor a receber é R$224.992 registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a receber - Outros valores a receber". A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$10.969 registrado nas "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo".
O montante de R$(5.986) registrado nas "Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de ações" é composto por (i) R$(5.031), que representa o valor que a Classe tinha a receber referente a venda da REC Ribeirão e que durante o exercício de 2025 foi baixado da carteira e (ii) R$(955) que representa pagamentos e recebimento decorrente da venda da Cajamar II, Cajamar III e Gravataí, esses valores correspondem substancialmente a ressarcimento de pagamento de seguros, recebimento de aluguel e indenizações decorrente de atrasos na assinatura de contrato.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

a) GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.

A GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto: (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe não realizou novas integralizações, consta pendente de integralização o montante de R$40.250, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$113, consta pendente de integralização o montante de R$40.137, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, a Classe recebeu o montante correspondente a R$12.554 (R$19.345 em 2025) registrado na "Demonstrações dos fluxos de caixa - Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio".

Em 31 de março de 2026, a Classe possuía 180.003.293 ações da Companhia (180.003.293 em 2025).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 22 de maio de 2026, sem modificações.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

b) Rec Dom Pedro S.A.

A Rec Dom Pedro S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante: (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou redução de capital no montante de R$192.451 e integralizações no montante de R$104.402, consta pendente de integralização o montante de R$7.598, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 18 de julho de 2025, foi efetivada a redução do capital social no montante de R$102.000 com cancelamento de 102.000.000 ações, valores reduzidos financeiramente em 2025. Neste ato foi aprovado o cancelamento parcial do aumento de capital, aprovado em 22 de novembro de 2024, do referido aumento não foi integralizado o montante R$5.687 correspondente a 5.687.495 ações. A efetivação da redução de capital permaneceu sujeita a determinadas condições societárias e legais.

Em 17 de novembro de 2025, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução de capital da Rec Dom Pedro S.A. no montante de R$ 102.000 com o cancelamento de 102.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Também foi aprovado a emissão de 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R$ 10.000, subscritas pela Classe, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro 2059.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou redução de capital no montante de R$102.000 e integralizações no montante de R$1.912, consta pendente de integralização o montante de R$10.000, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

b) Rec Dom Pedro S.A.--Continuação

Em 31 de março de 2026, a Classe possuía 61.716.786 ações da Companhia (159.402.629 em 2025).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 22 de maio de 2026, sem modificações.

c) Rec Guarulhos S.A.

A Rec Guarulhos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante (i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

Em 11 de abril de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado as seguintes matérias: (i) cancelamento parcial de uma operação de aumento de capital da Companhia, no valor de R$100.000, com emissão de 100.000.000 de ações ordinárias, todas subscritas pela Classe. Desse total, R$89.351, correspondentes a 89.350.655 ações, não foram integralizados pelo acionista e, por isso, foram cancelados; e (ii) A redução de capital social por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, conforme o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações (LSA). A redução poderá chegar a R$360.000, com o cancelamento proporcional de até 360.000.000 ações ordinárias, essa redução ainda não é definitiva e só será efetivada após:

(1) Prazo de 60 dias da publicação da ata, período em que credores quirografários podem apresentar oposição, conforme artigo 174 da LSA; e

(2) Realização de uma ou mais Assembleias Gerais Extraordinárias para definir o valor exato da redução e o número de ações a serem canceladas, respeitando os limites aprovados.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou o cancelamento do aumento de capital no montante de R$89.351. A Classe possui o montante de R$360.000 referente a redução de capital a efetivar, registrado nas “Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Redução de capital a efetivar”.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

c) Rec Guarulhos S.A.--Continuação

Em ata de assembleia geral extraordinária de 25 de abril de 2025, foi aprovado a efetivação da redução de capital social no montante de R$346.821 com o consequente cancelamento de 346.821.847 de ações ordinária e nominativas sem valor nominal. Ato contínuo, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$50.000 correspondente a 50.000.000 de ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

Em ata de assembleia geral extraordinária de 11 de julho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$200.000 correspondente a 200.000.000 de ações ordinárias e nominativas sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059.

Em ata de assembleia geral extraordinária de 16 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$200.000 correspondente a 200.000.000 de ações ordinárias e nominativas sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou redução de capital no montante de R$346.821 e integralizações no montante de R$387.743, consta pendente de integralização o montante de R$62.257, registrado nas “Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar”.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o Fundo recebeu o montante correspondente a R$20.820 (R$38.378 em 2025) registrado na “Demonstrações dos fluxos de caixa - Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio”.

Em 31 de março de 2026, a Classe possuía 492.778.763 ações da Companhia (389.600.610 em 2025).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 31 de março de 2026, sem modificações.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

d) Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.

A Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade objeto: (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou integralizações no montante de R$110.862, consta pendente de integralização o montante de R$22.873, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$2.927, consta pendente de integralização o montante de R$19.946, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

Em 31 de março de 2026, a Classe possuía 306.371.009 ações da Companhia (306.371.009 em 2025).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 22 de maio de 2026, sem modificações.

e) ARA Participações S.A.

A ARA Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

e) ARA Participações S.A.--Continuação

imobiliários próprios.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou integralizações no montante de R$468, consta pendente de integralização o montante de R$25.484, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$6.701, consta pendente de integralização o montante de R$18.783, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

Em 31 de março de 2026, a Classe possuía 30.000.000 ações da Companhia (30.000.000 em 2025).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia foram emitidas em 16 de junho de 2026, sem modificações.

f) Rec Embu das Artes S.A.

A Rec Embu das Artes S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante (i) a gestão de participações em outras sociedades, empresárias ou civis, como sócia, acionista ou quotista; e (ii) as atividades de empreendimentos imobiliários e administração por conta própria de bens imóveis.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou integralizações no montante de R$23.335, consta pendente de integralização o montante de R$38.725, registrado nas "Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar".

Em ata de assembleia geral extraordinária de 18 de julho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$90.000 correspondente a 90.000.000 de ações ordinárias e nominativas sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

f) Rec Embu das Artes S.A.--Continuação

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$115.315.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, a Classe recebeu o montante correspondente a R$822 (R$6.660 em 2025) registrado na “Demonstrações dos fluxos de caixa - Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio”.

Ainda durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Classe vendeu a participação na companhia pelo montante de R$282.901, gerando um resultado positivo no montante de R$25.354.

g) Rec Embu II S.A. (Nova denominação da GLP E Participações S.A.)

A Rec Embu II S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante (i) a gestão de participações em outras sociedades, empresárias ou civis, como sócia, acionista ou cotista; e (ii) as atividades de empreendimentos imobiliários e administração por conta própria de bens imóveis.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou integralizações no montante de R$4.187, consta pendente de integralização o montante de R$120.483, registrado nas “Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar”.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$41.984.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, a Classe recebeu o montante correspondente a R$12.096 registrado na “Demonstrações dos fluxos de caixa - Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio”.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

g) Rec Embu II S.A. (Nova denominação da GLP E Participações S.A.)--Continuação

Ainda durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Classe vendeu a participação na companhia pelo montante de R$227.048, gerando um resultado positivo no montante de R$12.803.

h) Rec Duque de Caxias I S.A.

A REC Duque de Caxias I S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social (i) o investimento e a participação em outras Companhias, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

No exercício findo em 31 de março de 2025 a Classe realizou integralizações no montante de R$64.211, consta pendente de integralização o montante de R$132.413, registrado nas “Demonstrações das posições financeiras - Valores a pagar - Participação a integralizar”.

Em ata de assembleia geral extraordinária de 26 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$90.000 correspondente a 90.000.000 de ações ordinárias e nominativas sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2059.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe realizou integralizações no montante de R$297.413.

Ainda durante o exercício findo em 31 de março de 2026, a Classe vendeu a participação na companhia pelo montante de R$484.951, gerando um resultado negativo no montante de R$129.105.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

i) Rec Gravataí S.A.

A Rec Gravataí S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por atividade preponderante (i) a compra e venda, administração e gerenciamento de bens imóveis; (ii) locação de bens imóveis de sua propriedade para terceiros; e (iii) a prática de demais atos correlatos ao seu objeto social.

No exercício findo em 31 de março de 2025, ocorreram integralizações de capital no montante de R$18.648 e cancelamento de redução de capital no montante de 5.300. A Classe pagou a título de adiantamento para futuro aumento de capital o valor correspondente a R$11.600.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral de Cotistas a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, a Classe recebeu o montante correspondente a R$15.841 registrado na “Demonstrações dos fluxos de caixa - Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio”.

Ainda durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Classe vendeu a participação na investida pelo montante de R$274.372, gerando um resultado negativo no montante de R$31.796.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe recebeu a parcela final referente a venda da REC Gravataí no montante de R$123.333. A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$6.969 registrado nas “Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo”

j) Rec Cajamar S.A.

A REC Cajamar S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

j) Rec Cajamar S.A. --Continuação

A Companhia tem por objeto social (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

Durante o período de 1º de junho de 2023 a 31 de março de 2024, foram integralizados o montante de R$42.260. No mesmo período a Classe vendeu a participação na investida pelo montante de R$152.078, gerando um resultado negativo no montante de R$116.117.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe recebeu a parcela final referente a venda da REC Cajamar no montante de R$117.330. A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$1.585 registrado nas “Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo”

k) Rec Cajamar III Empreendimentos Imobiliários S.A.

A Rec Cajamar III Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
A Companhia tem por objeto social (i) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (ii) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (iii) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (iiii) desenvolver e implementar estratégias de *marketing* relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

Durante o período de 1º de junho de 2023 a 31 de março de 2024, a Classe vendeu a participação na investida pelo montante de R$140.291, gerando um resultado negativo no montante de R$90.441. No mesmo período, houve redução de capital no montante de R$9.527.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado-- Continuação

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Classe recebeu a parcela final referente a venda da REC Cajamar III no montante de R$110.697. A atualização monetária decorrente da parcela a ser recebida gerou um resultado positivo no montante de R$1.451 registrado nas “Demonstrações dos resultados dos exercícios - Resultado com Ações - Resultado de atualização monetária - vendas a prazo”.

Valor justo - Nível 3

A avaliação econômico financeira foi elaborada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda. (“Apsis”), empresa de consultoria especializada em valor de mercado de ativo há 37 anos. O estudo tem como base 31 de dezembro 2025 e utilizou como metodologia de Patrimônio Líquido Ajustado e Método Fluxo de Caixa Descontado para estimar o valor justo dos investimentos, baseado em informações disponibilizadas pelas empresas investidas na data base.

Para as investidas ARA Participações S.A. e Rec Dom Pedro S.A., a administradora da Classe avaliou que, devido ao estágio atual de maturação dos negócios e incertezas operacionais, as empresas investidas devem ser precificadas com base no patrimônio líquido ajustado (PLA). Não houve variações financeiras relevantes desde a aquisição até 31 de março de 2026, e as operações seguem conforme o esperado. A administração acompanha regularmente o desempenho, a liquidez e possíveis novas rodadas de investimento das empresas. Até a data mencionada, concluiu-se que não há risco significativo de descontinuidade operacional.

Adicionalmente, para as demais companhias, o método de avaliação utilizado foi o Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”), que consiste em estabelecer um conjunto de premissas operacionais que são utilizadas para calcular os fluxos de caixas futuros esperados. O valor da empresa é então igual à soma dos valores presentes dos fluxos de caixa previstos, descontados a uma taxa que remunere adequadamente os investidores, tendo em vista os riscos do negócio.

GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2036; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,84% a.a.

5. Ações sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado--Continuação

Valor justo - Nível 3--Continuação

Rec Guarulhos S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2038; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 8,33% a.a.

Rec Regis Empreendimentos e Participações S.A.

- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2025;
- Período das projeções: janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2040; e
- Taxa de desconto e sua composição: A taxa de desconto utilizada no modelo de avaliação da companhia foi de 9,08% a.a.

Após verificação e análise do laudo de avaliação das companhias investidas foi gerado um ajuste a valor justo positivo no montante de R$57.404 (negativo de R$355.875 em 2025) que está apresentado na Demonstração do Resultado.

6. Instrumentos financeiros derivativos

A Classe somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, a Classe não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Gerenciamento de risco

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a Política de Investimento da Classe Única, os investimentos da Classe Única estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe Única e aos Cotistas. Os recursos que constam na Carteira e o Cotista está sujeito aos seguintes Fatores de Riscos, de forma não exaustiva:

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos Alvo ou dos Outros Ativos ou pelas contrapartes das operações da Classe Única;

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios e à Política Governamental: a Classe Única também poderá estar sujeita a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle dos Prestadores de Serviços Essenciais da Classe, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de acontecimentos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que modifiquem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro que poderiam ser atingidos por aumento das taxas de juros que podem influenciar de maneira significativa a demanda por projetos de energia, ou eventualmente elevar os custos financeiros das Sociedades Investidas e de seus investimentos. Quaisquer dessas mudanças podem impactar negativamente o resultado dos investimentos. O governo brasileiro pode adotar uma série de medidas para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária, no passado recente, o governo optou por mudanças nas taxas de juros, medidas macro prudenciais, desvalorização ou controle de câmbio, controle de tarifas, alterações legislativas, entre outras. Esse conjunto de políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem impactar significativamente a economia e o mercado de capitais brasileiro. A adoção dessas medidas poderá impactar os negócios e a rentabilidade da Classe Única. Além disso, o governo federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Classe ou, ainda, outra relacionada aos investimentos, o que poderá afetar a rentabilidade da Classe Única;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco Ambiental: a Classe Única está sujeita a todo e qualquer evento ou medidas que, direta ou indiretamente, resulte em impacto ao meio ambiente ou aos Projetos eventualmente desenvolvidos pelas Sociedades Investidas como: proibições, atrasos e interrupções; não atendimento das exigências ambientais; surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas nas fases de incorporação dos Projetos; falhas no levantamento da fauna e da flora; e falhas no plano de execução ambiental. Há a possibilidade de ocorrer, igualmente, eventos decorrentes da operação dos Projetos desenvolvidos pelas Sociedades Investidas que causem danos ambientais e que podem afetar a rentabilidade dos ativos da Classe Única.

Risco de Mercado em Geral: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe Única, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais;

Riscos Gerais Relacionados ao Setor Imobiliário: a Classe Única investirá nas Sociedades Investidas que atuam direta ou indiretamente no segmento imobiliário, incluindo através da participação em sociedades que tenham um ou mais empreendimentos imobiliários já incorporados, os quais estão sujeitos aos seguintes riscos a seguir elencados que, se concretizados, afetarão os rendimentos das Cotas;

Risco de Desvalorização dos Imóveis: como os recursos da Classe Única serão aplicados em companhias que sejam titulares de imóveis, um fator que deve ser preponderantemente levado em consideração é o potencial econômico, inclusive a médio e longo prazo, das regiões onde estão localizados os imóveis relacionados aos seus respectivos empreendimentos imobiliários. A análise do potencial econômico da região deve se circunscrever não somente ao potencial econômico corrente, como também deve levar em conta a evolução deste potencial econômico da região no futuro, tendo em vista a possibilidade de eventual decadência econômica da região, com impacto direto sobre o valor dos imóveis investidos pelas Sociedades Investidas;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco de Desapropriação e de Sinistro: dado que o objetivo da Classe Única é o de investir em ações das Sociedades Investidas, titular de direitos para desenvolvimento dos Projetos em áreas de imóveis, seja por meio de locação ou direito real de laje, eventuais desapropriações, parcial ou total, dos imóveis aos quais estiverem vinculados aos Projetos poderá afetar negativamente as Sociedades Investidas. Em caso de desapropriação, o Poder Público deve pagar ao proprietário do imóvel desapropriado, uma indenização definida levando em conta os parâmetros do mercado. No entanto, não existe garantia que tal indenização seja equivalente ao valor que as Sociedades Investidas venham a investir nos Projetos desenvolvidos nos imóveis que venham a ser objeto de desapropriação. Adicionalmente, no caso de sinistro envolvendo a integridade física dos imóveis relacionados aos Projetos, os recursos obtidos pela cobertura do seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, nos termos da apólice contratada, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras poderão ser insuficientes para a reparação do dano sofrido, observadas as condições gerais das apólices;

Risco das Contingências Ambientais: dado que o objetivo da Classe Única é investir em Sociedades Investidas, titulares de direitos para desenvolvimento dos Projetos em áreas de imóveis, seja por meio de locação ou direito real de laje, eventuais contingências ambientais sobre os referidos imóveis podem implicar em responsabilidades pecuniárias (indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) que podem afetar a rentabilidade da Classe Única;

Risco de Insucesso do Empreendimento: os empreendimentos imobiliários de titularidade das Sociedades Investidas poderão ser utilizados para posterior alienação ou locação para terceiros. No entanto, caso qualquer das Sociedades Investidas não consiga atingir a rentabilidade esperada nos empreendimentos imobiliários, incluindo em virtude da falta ou baixa procura de terceiros pela aquisição/locação do empreendimento, o rendimento das Sociedades Investidas e da Classe Única poderá ser negativamente afetado;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Risco de Construção: a cumprimento do objeto social das Sociedades Investidas pode estar vinculado às atividades de construção civil, dependendo do Projeto em questão, as quais, apesar de não serem atividades diretamente realizadas pelas Sociedades Investidas, têm impacto direto sobre o resultado do investimento, seja na forma de custos seja na forma de qualidade ou de prazos. O tempo necessário para o desenvolvimento de um Projeto pode se estender por problemas na construção, bem como em razão de dificuldades na obtenção de alvarás e licenças emitidas por órgãos públicos. O aumento de custos de obras pode ocorrer devido ao surgimento de eventos inesperados ou por aumento dos custos de matérias primas ou mão de obra e impactar a geração de receita do Projeto. Não existe garantia que as construtoras cumprirão todas as obrigações definidas nos contratos de construção assinados, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas Classe Única;

Riscos Relativos aos Imóveis Rurais: considerando que investidores não residentes poderão adquirir Cotas da Classe Única, bem como que as Sociedades Investidas poderão adquirir imóveis rurais, as operações de aquisição de referidos imóveis poderão ser questionadas e até mesmo consideradas nulas de pleno direito, tendo em vista que a legislação brasileira limita a venda de terras brasileiras a estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros, o que pode comprometer a rentabilidade das Cotas da Classe Única;

Risco da Extensa Legislação no Setor Imobiliário: o setor imobiliário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam as atividades de aquisição, construção, locação e alienação de imóveis. Dessa forma, o desenvolvimento dos projetos poderá estar condicionado, sem limitação, à obtenção de licenças específicas, aprovação de autoridades governamentais, limitações relacionadas a edificações, regras de zoneamento e de uso e ocupação do solo urbano e a leis e regulamentos para proteção ao consumidor. Referidos requisitos e regulamentações atualmente existentes ou que venham a ser criados a partir da data deste Regulamento poderão implicar, aumento de custos e limitar a estratégia da Classe e das Sociedades Investidas. Adicionalmente, existe a possibilidade de as normas e os instrumentos de planejamento urbano serem alteradas após a aquisição de um imóvel e antes do desenvolvimento do Projeto a ele atrelado, o que poderá acarretar atrasos e/ou modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado. As atividades e os resultados da Classe Única e das Sociedades Investidas, em caso desses eventos, poderão ser impactados adversamente e, por conseguinte, a rentabilidade dos Cotistas.
Riscos Relacionados às Sociedades Alvo e aos Ativos Alvo de Emissão da Sociedade Alvo: os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira da Classe Única está concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Embora a Classe Única tenha sempre participação no processo decisório da respectiva Sociedade Alvo, não há garantias de (a) bom desempenho das Sociedades Alvo, (b) solvência das Sociedades Alvo, e (c) continuidade das atividades das Sociedades Alvo;

Risco Sobre a Propriedade das Sociedades Alvo: apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, a propriedade das Cotas não confere ao Cotista a propriedade direta sobre tais Ativos Alvo;

Risco de Investimento nas Sociedades Alvo (Trabalhista, Ambiental, Previdenciário, Cível, Administrativo Etc.): a Classe Única investirá na Sociedades Alvo plenamente constituída e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade da Sociedade Alvo: (a) estar inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) descumprir obrigações relativas a Classe de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuir considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, administrativo, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, a Classe e, consequentemente o Cotista, poderá ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

Risco de Diluição: a Classe Única poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos das normas legais e contratuais aplicáveis, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital da Sociedade Alvo no futuro, a Classe Única poderá ter sua participação no capital da Sociedade Alvo diluída;

Risco de Concentração da Carteira da Classe: a Classe Única adquirirá Ativos Alvo de emissão, exclusivamente, das Sociedades Alvo, e poderá adquirir Outros Ativos de emissão de um ou mais emissores, sendo que, além do disposto na política de investimento prevista no Anexo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação setorial para os Ativos Alvo e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, salvo aqueles previstos na regulamentação aplicável;

Risco Relacionado às Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários: a Classe Única poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

7. Gerenciamento de risco--Continuação

Riscos de Liquidez dos Ativos da Classe: as aplicações da Classe Única nos Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida;

Risco de Liquidez Reduzida das Cotas e do Mercado Secundário: a Classe Única é constituída sob a forma de condomínio fechado e, portanto, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas no Anexo e nas normas aplicáveis, incluindo o término do Prazo de Duração da Classe Única e as hipóteses de liquidação antecipada da Classe e/ou da Classe Única, mediante a deflagração dos Eventos de Liquidação. Se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las privadamente ou negociá-las no mercado secundário. Adicionalmente, ainda nesta hipótese, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Cotista;

Risco de Amortização em Ativos: em caso de iliquidez dos Ativos Alvo e/ou dos Outros Ativos da Classe Única, as Cotas, por orientação do Assembleia Especial, poderão ser amortizadas mediante entrega de Ativos Alvo e/ou de Outros Ativos ao Cotista, proporcionalmente à sua participação na Classe Única. Nesse caso, o Cotista poderá encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

Resgate Por Meio da Dação em Pagamento dos Ativos Integrantes de Carteira: a Classe Única poderá efetuar o resgate das Cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na Carteira. Nesse caso, o Cotista poderá receber Ativos Alvo e/ou Outros Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação na Classe Única, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

Risco Relacionado ao Desempenho Passado: ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe Única e/ou da Classe que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que a Administradora /ou os demais prestadores de serviço da Classe tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pela Classe e/ou pela Classe Única e/ou pelas Sociedades Alvo;

7. **Gerenciamento de risco**--Continuação

Riscos de Alteração da Legislação Aplicável a Classe e/ou ao Cotista: a legislação aplicável a Classe, à Classe Única, ao Cotista e aos investimentos efetuados pela Classe Única, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe Única;

Risco de Não Realização de Investimento pela Classe: os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Sociedade Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe Única estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento da Classe Única, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos;

Risco de Potencial Conflito de Interesses: a Classe Única poderá adquirir ativos de emissão da Sociedades Alvo, na qual os Cotistas detenham ou venha a deter participação acionária, direta ou indiretamente. Além disso, desde que aprovado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial, a Classe Única poderá figurar como contraparte da Administradora, da Gestora, ou dos Cotistas, bem como de fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora. Desta forma, tais partes poderão eventualmente tomar decisões relacionadas à Sociedades Alvo que possam afetar negativamente a rentabilidade da Classe Única;

Risco de não Aproveitamento de Benefício Fiscal: é o não atendimento pela Classe Única, pelas Sociedades Investidas e/ou pelo Cotista das exigências legais para aproveitamento de benefícios fiscais;

Risco de Derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da Classe Única, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas ao Cotista. Mesmo para a Classe Única, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas à Classe Única.

7. Gerenciamento de risco--Continuação

Ausência de Responsabilidade dos Cotistas Diante do Patrimonio Líquido Negativo: a responsabilidade dos Cotista está limitada ao valor por eles subscrito, nos termos do artigo 1.368-D do Código Civil e na forma regulamentada pela Resolução CVM 175. Nesse sentido, diante da hipótese de patrimônio líquido negativo, o Administrador deverá apenas adotar as medidas previstas no Anexo, observado o disposto no Capítulo XIII da Resolução CVM 175. Todavia, a adoção das referidas medidas não isentará o risco de solvência da Classe Única, podendo ocorrer a liquidação da Classe Única ou ocasionar a necessidade de o Administrador entrar com pedido de declaração judicial de insolvência.

Ao ingressar na Classe, cada Cotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pela Classe Única, declarando-se expressamente ciente da possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio da Classe Única, dos Fatores de Risco relacionados no regulamento, inclusive a possibilidade de perda total dos investimentos e da existência de Patrimônio Líquido negativo.

8. Emissões e resgate de cotas

a) Emissão de cotas

A Classe é constituída por Cotas que correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido da Classe e terão a forma escritural, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido da Classe pelo número de Cotas da Classe em circulação ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis a Classe.

A Classe poderá emitir, inicialmente, até 1.000.000 (um milhão) de Cotas, ao valor unitário de R$1 (mil reais) cada, totalizando R$1.000.000 (um bilhão de reais) (“Patrimônio Inicial Previsto”).

O valor de cada Cota na data da primeira integralização foi de R$1 (mil reais), sendo o valor da Cota das demais integralizações, nas futuras chamadas de capital, o valor da Cota apurado no dia da efetiva integralização dos recursos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025 não foram emitidas novas cotas.

8. Emissões e resgate de cotas--Continuação

b) Resgate de cotas

Não há resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração da Classe ou pela liquidação antecipada.

9. Distribuição de resultados e amortizações

Na liquidação, total ou parcial, de Valores Mobiliários integrantes da carteira da Classe, o produto oriundo de tal alienação poderá ser destinado à amortização de Cotas, de acordo com as seguintes regras:

(I) A Gestora poderá amortizar as Cotas no valor total dos recursos obtidos com o desinvestimento ou a venda da participação, ou reter parte ou a totalidade dos recursos para seu reinvestimento;

(II) A Gestora poderá reter uma parcela ou a totalidade dos recursos oriundos da liquidação de Valores Mobiliários integrantes da carteira da Classe para fazer frente aos Encargos da Classe;

(III) Dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Companhias Investidas integrantes da carteira da Classe, assim como quaisquer outros valores recebidos pela Classe em decorrência de seus investimentos na referida Companhia, poderão igualmente ser destinados à amortização de Cotas; e

(IV) Qualquer amortização abrangerá todas as Cotas da Classe e será feita na mesma data a todos os Cotistas mediante rateio das quantias sempre em dinheiro, a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes e serão pagas aos Cotistas em até 5 dias úteis, contados da data do efetivo ingresso dos recursos na Conta da Classe.

Será permitida a integralização e resgate de cotas da Classe mediante a utilização de ativos financeiros de titularidade dos Cotistas, observado o disposto abaixo:

9. Distribuição de resultados e amortizações--Continuação

- A integralização em ativos poderá ser realizada desde que: (a) o cotista encaminhe à Administradora e à Gestora: (i) descrição do ativo financeiro e seu respectivo código; (ii) emissor (iii) quantidade; e se houver (iii) data de emissão do ativo financeiro; (iv) data de vencimento do ativo financeiro; e (v) valor de mercado do ativo a ser integralizado e o valor de aquisição, este último por meio de nota de corretagem de aquisição, de boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor, ou de declaração do custo médio de aquisição e; (b) a Administradora e a Gestora verifiquem que o ativo financeiro apresentado pelo cotista observa a política de investimento da Classe, bem como a política de administração e gerenciamento de risco da Administradora e Gestora para a seleção de ativos da carteira da Classe.

O eventual ganho de capital apurado na integralização de cotas por meio de ativos financeiros está sujeito a tributação de imposto de renda na forma da legislação específica, cabendo ao cotista comprovar documentalmente à Administradora e à Gestora o valor de mercado na data de integralização, bem como o custo de aquisição do ativo financeiro, sob pena da Administradora considerar como zero o custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital e recolhimento dos tributos.

Na hipótese de resgate ou amortização em ativos serão observados, cumulativamente, os seguintes critérios: (a) o resgate será realizado mediante cancelamento das Cotas, simultaneamente à entrega ao Cotista de valores mobiliários integrantes da carteira da Classe; (b) os títulos e valores mobiliários da Classe serão entregues ao Cotista na mesma proporção em que eles compõem a carteira da Classe, ou mediante escolha, por parte do Cotista, dos ativos que lhe serão entregues pela Classe, no caso em que o solicitante seja cotista único da Classe; e (c) a Administradora e a Gestora, assim que comunicados da intenção do cotista de resgatar ou amortizar cotas em ativos, verificarão e analisarão a possibilidade da operação, podendo recusá-la, total ou parcialmente.

No exercício findo em 31 de março de 2026, houve amortização de cotas no valor de R$291.294 (R$265.601 em 2025).

10. Remuneração da administradora

i) Taxa de administração

Pelos serviços de administração da Classe Única, a Administradora fará jus a uma remuneração máxima correspondente a 0,035% (trinta e cinco milésimos por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido da Classe Única. A remuneração da Administradora estará sujeita ao valor mínimo mensal de R$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) e o valor máximo de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, sendo que os valores mínimos e máximos serão atualizados anualmente pela

ii) Taxa de gestão

A Gestora, pelo serviço de gestão profissional da Carteira, fará jus a uma remuneração correspondente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano sobre Patrimônio Líquido ("Taxa de Gestão").

A Taxa de Administração e gestão serão calculadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como encargo da Classe e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente.

iii) Taxa de custódia

Pela prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração dos Ativos Alvo e Outros Ativos, o Custodiante fará jus, mensalmente, à remuneração equivalente ao menor valor entre a "Taxa da Estrutura" e o "Limite da Estrutura", observado o valor mínimo anual de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)* ("Taxa Máxima de Custódia"), sendo:

(a) Taxa da Estrutura = 0,02% a.a. sobre o patrimônio líquido diário da Classe, observada a remuneração mínima anual de R$30.000,00* (trinta mil reais) por investida; e

(b) Limite da Estrutura = R$60.000,00* (sessenta mil reais), acrescido de R$30.000,00* (trinta mil reais) por investida, aplicado sobre o Patrimônio Líquido da Classe.

(*) Valores estes que serão atualizados monetariamente pela variação positiva do IPCA fechado a cada intervalo de 12 (doze) meses contados da data de início da Classe.

10. Remuneração da administradora--Continuação

iii) Taxa de custódia--Continuação

A Taxa Máxima de Custódia será apropriada diariamente (base 1/252), e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês a que se referir, a partir da Primeira Integralização. O cálculo da Taxa Máxima de Custódia levará em conta a quantidade efetiva de dias úteis de cada mês, e terá como base um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

Não há cobrança de taxa de ingresso, saída ou performance.

No exercício findo em 31 de março de 2026 a despesa de taxa de administração foi de R$2.234 sendo representada por R$651 de administração, R$1.444 de gestão e R$139 de controladoria (R$2.305 em 2025, sendo representada por R$620 de administração e R$1.685 de gestão) registradas em “Remuneração da administração”. No mesmo período a taxa de custódia foi de R$145 (R$301 em 2025) registrada em “Despesas - Auditoria e Custódia”.

11. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de março de 2025, a Classe o realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

Despesas com partes relacionadas

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento
Taxa de gestão	1.444	GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda	Gestora
Taxa de administração	651	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda	Administradora

12. Encargos e despesas debitados a Classe

Encargos Debitados a Classe	31/03/2026	% PL	31/03/2025	% PL
Patrimônio líquido médio	**2.965.915**		3.356.250	
Taxa de administração e gestão	**(2.234)**	**0,08%**	2.305	0,07%
Serviços técnicos especializados	**(739)**	**0,02%**	1.012	0,03%
Auditoria e Custódia	**(196)**	**0,01%**	333	0,01%
Taxa de fiscalização CVM	**(57)**	**-**	57	-
Despesas diversas	**(44)**	**-**	11	-
Total das despesas	**(3.270)**	**0,11%**	3.718	0,11%

13. Tributação

Nas amortizações e/ou alienações de cotas, como também no resgate de cotas pelo término de prazo ou liquidação do Fundo, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15%.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

14. Custódia dos títulos da carteira

As ações de companhias fechadas são registradas nos livros de ações das próprias Companhias. O controle das cotas do fundo de investimento que compõem a carteira da Classe está sob responsabilidade da Administradora.

15. Rentabilidade

As rentabilidades nos exercícios foram as seguintes:

Informações referentes aos exercícios	Patrimônio líquido médio	Valor da cota teórica (**)	Rentabilidade teórica (%)	Valor da cota (*)	Rentabilidade da Classe (*)
Exercício findo em 31 de março de 2026	**2.965.915**	**1.336,30**	**0,85**	**1.205,87**	**(9,19)**
Exercício findo em 31 de março de 2025	3.356.250	1.446,83	(9,02)	1.327,90	(16,50)

(*) As informações já consideram o valor da cota e patrimônio líquido com os efeitos do valor justo.

(**) O valor da cota apresentada desconsidera os efeitos das amortizações.

A rentabilidade obtida pela Classe no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

16. Contrato de prestação de serviços de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de custódia, controladoria, contabilidade de ativos da carteira da Classe e tesouraria, relativos a esta Classe, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

17. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., relacionados a esta Classe de Investimento por ela administrado que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais quer na defesa dos direitos dos cotistas quer destes contra a administração da Classe.

19. Política de divulgação das informações

A administradora em conjunto com o gestor envia simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas a Classe que tenham sido divulgadas para os cotistas ou terceiros.

Se alguma informação da Classe for divulgada com incorreções ou impropriedades que possam induzir o cotista a erros de avaliação, a Classe utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação no qual foi prestada a informação errônea para republicar corretamente a informação, constando da retificação, de modo expresso, que a informação está sendo republicada para fins de correção de informações errôneas ou impróprias anteriormente publicadas, conforme determinação da CVM.

20. Alterações estatutárias

O Instrumento Particular de Alteração realizado em 20 de junho de 2025 deliberou a adequação do regulamento da Classe as normas legais e regulamentares, principalmente à Resolução CVM nº 175, modificando, para tanto, seu formato, bem como todos os capítulos, artigos e incisos do regulamento.

21. Informações adicionais

Contador:
Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1SP-213357/O-6-T-PR

Diretor responsável:
Fabio Maeyama